



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 06/08/1997
C	4d.
	Rubrica

Processo n.º 10980.014914/92-15

Sessão de : 08 de novembro de 1994

Acórdão n.º 203-01.869

Recurso n.º : 96.955

Recorrente : JURANDIR ANDRADE VILELA

Recorrida : DRF em Maringá - PR

ITR - VALOR DA TERRA NUA mínimo - Os valores determinantes para apuração da base de cálculo da cobrança fiscal em análise encontram suporte firme em instrumentos normativos garantidos pela legislação de regência - Decreto n.º 84.685/80, art. 7.º e §§. Constitui entendimento assente perante este Colegiado Administrativo descaber pronunciamento sobre a legalidade dos dispositivos vigentes, visando a sua reformulação ou alteração. Mantém-se lançamento efetuado em consonância com os ditames legais atinentes. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JURANDIR ANDRADE VILELA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao recurso.** Vencido o Conselheiro Sebastião Borges Taquary. Ausentes (justificadamente) os Conselheiros Mauro Wasilewski e Tiberany Ferraz dos Santos.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1994

Osvaldo José de Souza - Presidente

Maria Thereza Vasconcellos de Almeida - Relatora

Maria Vanda Diniz Barreira - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 25 MAI 1995

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Sérgio Afanassieff, Celso Angelo Lisboa Gallucci e Ricardo Leite Rodrigues.

HR/eaal/CF/GB/RS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n.º 10980.014914/92-15

Recurso n.º: 96.955

Acórdão n.º: 203-01.869

Recorrente : JURANDIR ANDRADE VILELA

R E L A T Ó R I O

O contribuinte identificado nos autos em exame rebela-se (fls. 01/13) contra lançamento do ITR/1992, referente à propriedade rural denominada Fazenda Esperança 6-B, localizada no Município de Juina - MT.

Aos argumentos basilares para a manifestação do seu inconformismo, menciona:

- a) a exorbitância do valor lançado (ITR e contribuições);
- b) a concessão mínima dos percentuais relativos ao FRU e FRE, considerando-se a não-existência de débitos anteriores e os impedimentos referentes ao total aproveitamento da área;
- c) a desconsideração do VTN declarado e o excessivo valor expresso na notificação de 1992;
- d) alíquotas bem superiores àquelas aplicadas no exercício anterior e diferentes se confrontadas a algumas pertencentes à mesma região ou gleba; e
- e) equívoco quanto ao município sede consignado no lançamento.

Às fls. 19/22, vem aos autos a Decisão Monocrática, tendo a autoridade fiscal considerado procedente o lançamento, como se entende da ementa pertinente:

EXERCÍCIO DE 1992

VALOR DA TERRA NUA

Simples alegações sobre valor nominal do V.T.N. - Inexistência de provas que descaracterizem a base de cálculo

REDUÇÃO DO IMPOSTO

A redução do imposto - ITR, a título de estímulo fiscal, está condicionada ao grau de utilização da terra, que definirá o Fator de Redução pela Utilização = FRU, e pelo grau de eficiência na exploração que determinará o Fator de Redução pela Eficiência = FRE.

ALÍQUOTA DE CÁLCULO

Foi calculada corretamente conforme a legislação em vigor.

Lançamento procedente".



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n.º 10980.014914/92-15

Acórdão n.º: 203-01.869

39

No Recurso interposto (fls. 27/39), o interessado, analisando a decisão prolatada pela autoridade fiscal, considera-se injustiçado, trazendo basicamente as mesmas razões expandidas quando da peça impugnatória, acompanhada ainda da documentação que julga compatível.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n.º 10980.014914/92-15

Acórdão n.º: 203-01.869

39:

**VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA
MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA**

A matéria trazida no Recurso sob exame tem sido apreciada por este Colegiado Administrativo de forma reiterada em julgamentos recentes.

Diz do manifesto inconformismo do contribuinte, ante o valor exigido a título de ITR, referente ao exercício de 1992.

Reclama da exorbitância da cobrança fiscal considerando errôneo o valor arbitrado pelo órgão que efetuou o lançamento no tocante ao VTNm, por ele assinalado como fora de parâmetros exequíveis.

Menciona a flagrante injustiça cometida, a seu ver, no que tange a concessão mínima da redução havida em função do FRU e FRE, sem atentar-se à total impossibilidade de exploração da área questionada.

Resta demonstrado, da análise da defesa interposta pelo interessado, ser sua principal aspiração a reemissão de nova guia para cobrança do imposto, em valores por ele considerados compatíveis, desconsiderando-se assim a decisão de primeira instância.

É inconteste que o fato gerador do ITR é a propriedade do imóvel rural, sendo o tributo devido no primeiro dia do exercício seguinte com o aumento real-diferença entre valor exigido e a atualização monetária considerada pela repartição fiscal a quem cabe gerir o tributo, estabelecendo percentuais e determinando o chamado "modus operandi".

No processo em comento, os VTNm atribuídos para o exercício de 1992, dispositos na Instrução Normativa SRF n.º 119/92, apoiaram-se em critérios estipulados no item I da Portaria Interministerial n.º 1.275/91, respaldada, por sua vez, nas disposições estatuídas pelo Decreto n.º 84.685/80, art. 7.º e §§. Isto posto, há previsão legal para atualização do tributo em função da valorização da terra.

Por outro lado, a este Colegiado não cabe discutir a legitimidade do índice de atualização fixado na Portaria Interministerial supracitada.

Decisões reiteradas das três Câmaras deste Tribunal Administrativo unanimemente convergem para o entendimento da impossibilidade na esfera de competência de alteração ou reformulação na legislação de regência.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo n.º 10980.014914/92-15

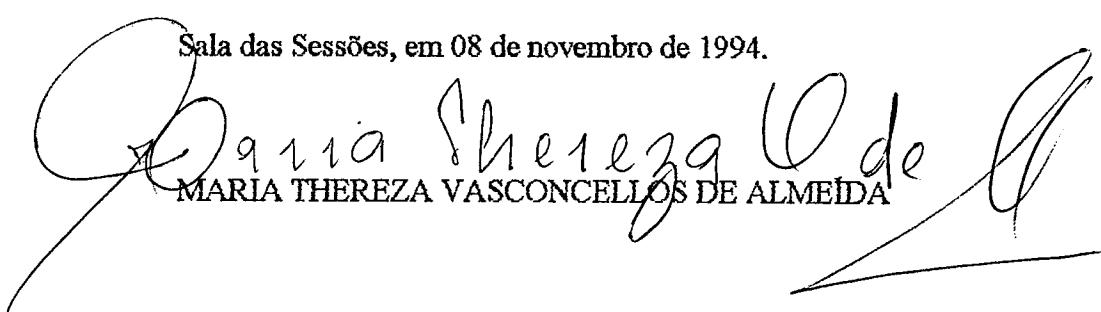
Acórdão n.º: 203-01.869

39

Os percentuais concernentes à redução atribuída pelo FRU e FRE fundamentaram-se na própria Declaração de Informações fornecida pelo interessado, respeitando-se o disposto no Decreto n.º 84.685/80, arts. 1.º, 14, 15 e 16, instrumento normativo aplicável ao caso.

Assim sendo, diante do exposto, conheço do Recurso para, no mérito, negar provimento ao apelo, mantendo íntegra a decisão recorrida.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1994.


MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA